

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 31**

Ao elaborar sua proposta orçamentária, o governo do município X previu simultaneamente a ampliação de investimentos em saneamento básico em áreas de maior vulnerabilidade social; a expansão de programa de transferência de renda; e o aumento temporário de despesas de manutenção urbana para preservar emprego e renda em momento de desaceleração econômica local.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que são apresentadas as funções de intervenção na economia evidenciadas, respectivamente, na referida proposta orçamentária.

- Ⓐ contábil, alocativa e regulatória
- Ⓑ alocativa, distributiva e estabilizadora
- Ⓒ estabilizadora, alocativa e patrimonial
- Ⓓ normativa, fiscalizatória e arrecadatória
- Ⓔ distributiva, estabilizadora e contábil

**Questão 32**

Orçamento-programa é definido como a técnica que

- Ⓐ incorpora informações de desempenho à peça orçamentária, mas sem organizar necessariamente as despesas em torno de projetos articulados ao planejamento governamental.
- Ⓑ estrutura a proposta orçamentária a partir da reprodução da despesa autorizada no exercício anterior, com acréscimos ou reduções marginais, preservando a base histórica de gastos como critério principal de decisão.
- Ⓒ exige a reavaliação integral das despesas a cada novo ciclo orçamentário, sem tomar como ponto de partida obrigatório os programas e dotações anteriormente autorizados.
- Ⓓ foca predominantemente o objeto do gasto e a classificação dos meios administrativos necessários ao funcionamento dos órgãos, privilegiando o controle formal dos insumos.
- Ⓔ organiza a despesa segundo programas, objetivos, ações, produtos e metas, permitindo vincular a alocação de recursos ao planejamento governamental e à avaliação da atuação estatal.

**Questão 33**

Considere que um governo pretenda iniciar investimento público que não está previsto no plano plurianual (PPA) e cuja execução orçamentária ultrapassará o exercício financeiro. Nesse caso, tal investimento, de acordo com a organização constitucional do orçamento público no Brasil, poderá iniciar-se

- Ⓐ desde que conste na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), já que o PPA não se relaciona com despesas de capital.
- Ⓑ desde que previsto na lei orçamentária anual (LOA), a qual prevalece sobre os demais instrumentos de planejamento de médio prazo.
- Ⓒ apenas após aprovação de lei que autorize a sua inclusão no PPA.
- Ⓓ desde que haja saldo financeiro suficiente em conta bancária do ente público.
- Ⓔ por ato administrativo, independentemente de previsão em instrumento de planejamento.

**Questão 34**

No que se refere à programação e à execução orçamentária e financeira, assinale a opção correta.

- Ⓐ Alterações orçamentárias podem ser realizadas por transposição, remanejamento ou transferência de recursos sem autorização legislativa.
- Ⓑ Créditos suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- Ⓒ Créditos extraordinários destinam-se ao reforço de qualquer dotação orçamentária já existente.
- Ⓓ A abertura de créditos suplementares e especiais prescinde da indicação de recursos disponíveis e de autorização legislativa.
- Ⓔ Créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária.

**Questão 35**

No que se refere à receita pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ As receitas correntes abrangem receitas tributárias recebidas de outras pessoas jurídicas de direito público, sendo vedada sua formação por operações de crédito.
- Ⓑ A classificação da receita pública por categoria econômica identifica a destinação vinculada ou ordinária dos recursos, substituindo a classificação por fonte ou destinação de recursos.
- Ⓒ As receitas patrimoniais são receitas extraorçamentárias, pois decorrem da exploração do patrimônio público e não integram a lei orçamentária.
- Ⓓ A receita tributária é classificada como receita de capital, pois decorre de obrigação legal e tem caráter compulsório.
- Ⓔ As receitas de capital abrangem operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital.

**Espaço livre**

**Questão 36**

No encerramento do exercício financeiro de determinado órgão público, foram identificadas as seguintes despesas: (i) contrato de serviços continuados empenhado globalmente, com parcela já prestada, liquidada e não paga; (ii) parcela do mesmo contrato empenhada, mas ainda sem comprovação da prestação do serviço; (iii) obrigação referente a exercício encerrado, para a qual havia crédito próprio e saldo suficiente no orçamento de origem, mas que não foi processada na época adequada; (iv) despesa sem empenho prévio, reconhecida apenas por declaração verbal do gestor.

Considerando os estágios da despesa, os restos a pagar e as despesas de exercícios anteriores, assinale a opção correta.

- Ⓐ A despesa descrita em (i) caracteriza restos a pagar processados; a descrita em (ii), restos a pagar não processados, preenchidas as condições normativas; a descrita em (iii) deve ser tratada como despesa de exercício anterior; e a descrita em (iv) é irregular, não bastando seu reconhecimento pela mera declaração verbal do gestor.
- Ⓑ Todas as despesas especificadas podem ser inscritas em restos a pagar, desde que haja disponibilidade financeira suficiente ao final do exercício.
- Ⓒ A despesa descrita em (i) corresponde a restos a pagar não processados; a descrita em (ii), a restos a pagar processados; e a descrita em (iii) deve ser cancelada, pois não se admite pagamento de obrigação de exercício encerrado; e a descrita em (iv) não pode ser regularizada.
- Ⓓ Somente a despesa descrita em (iii) admite inscrição como restos a pagar processados, já que havia crédito próprio e saldo suficiente no orçamento de origem, ainda que a despesa não tenha sido empenhada.
- Ⓔ A liquidação pode ser presumida nas despesas descritas em (i) e (ii), pois o empenho global transfere ao credor direito líquido e certo ao pagamento integral do contrato; e as despesas descritas em (iii) e (iv) devem ser inscritas em restos a pagar não processados.

**Espaço livre**

**Questão 37**

O chefe do Poder Executivo de certo município pretende instituir, por ato normativo, programa permanente de transferência mensal de renda, com execução prevista por prazo indeterminado e impacto financeiro relevante. O processo administrativo contém apenas a justificativa social da medida, sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro, sem declaração do ordenador a respeito da adequação com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO, sem demonstração da origem dos recursos e sem comprovação de que a despesa não afetará as metas fiscais.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- Ⓐ A compensação exigida para despesa obrigatória continuada pode decorrer de operação de crédito, alienação de bens, superávit financeiro ou inscrição de restos a pagar não processados.
- Ⓑ A despesa poderá ser executada se houver relevante finalidade social, pois programas redistributivos permanentes dispensam estimativa de impacto e declaração formal de adequação orçamentária.
- Ⓒ A instituição do programa é irregular, pois o processo administrativo deveria conter a estimativa de impacto, a declaração de adequação e compatibilidade, e a origem dos recursos e compensação fiscal no caso de despesa continuada.
- Ⓓ A despesa poderá ser empenhada e licitada antes da instrução fiscal exigida, desde que a estimativa de impacto e a compensação sejam apresentadas até o encerramento do exercício.
- Ⓔ A despesa obrigatória de caráter continuado somente se configura quando criada por lei formal, não alcançando programas instituídos por medida provisória ou ato administrativo normativo.

**Questão 38**

Ao examinar a celebração, por determinado órgão, de termo de execução descentralizada, a auditoria verificou que havia motivação para execução por outro órgão, plano de trabalho previamente aprovado, indicação da classificação funcional programática, declaração de compatibilidade de custos e declaração de capacidade técnica. No entanto, a unidade descentralizada pretendia alterar o objeto posteriormente por apostila.

Nessa situação hipotética, a celebração do referido termo de execução descentralizada

- Ⓐ é regular apenas se tiver havido chamamento público obrigatório, pois a escolha da unidade descentralizada exige disputa entre órgãos e entidades federais.
- Ⓑ atende às condições essenciais indicadas, sendo, entretanto, vedada a alteração do objeto aprovado, ainda que as demais mudanças no plano de trabalho sejam pretendidas por apostila.
- Ⓒ é inválida, pois o referido termo exige transferência financeira prévia e análise jurídica obrigatória, independentemente do modelo utilizado.
- Ⓓ é regular, e o objeto poderá ser alterado por apostila, desde que não haja aumento do valor global nem prorrogação da vigência originalmente pactuada.
- Ⓔ é irregular, pois declaração de capacidade técnica e compatibilidade de custos são exigidas apenas para convênios e contratos de repasse.

**Questão 39**

O decreto de programação orçamentária e financeira (DPOF)

- A** disciplina somente o pagamento de restos a pagar, sem interferir nos limites de movimentação e empenho das despesas do orçamento corrente.
- B** configura crédito adicional aberto pelo Poder Executivo para ampliar dotações insuficientes da LOA e autorizar despesas não previstas no orçamento anual.
- C** substitui a LOA na fase de execução, pois fixa novas dotações, altera categorias de programação e redefine prioridades sem depender do disposto nessa lei.
- D** é instrumento facultativo de gestão de caixa, editado apenas quando houver frustração de receita ou necessidade de contingenciamento de despesas.
- E** operacionaliza a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, compatibilizando empenho, pagamento, arrecadação e metas fiscais após a publicação da LOA.

**Questão 40**

O conceito de política pública

- A** pode ser entendido como qualquer intenção formalizada por um agente público, mesmo que sem efeitos concretos.
- B** refere-se à aplicação de teorias unidisciplinares, geralmente restritas à ciência política, devido à influência do sistema partidário nas decisões de governo.
- C** atém-se a respostas técnico-rationais a um problema ou uma questão de interesse formuladas por servidores ocupantes de cargo público de provimento efetivo.
- D** pode ser sintetizado como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer.
- E** circunscreve-se a medidas normativas pontuais destinadas à resolução de entraves burocráticos.

**Questão 41**

Entre unidades políticas primárias em contextos de políticas redistributivas, estabelece-se uma estrutura de poder

- A** de elite conflitual.
- B** multicêntrica.
- C** baseada na teoria do equilíbrio.
- D** de troca de favores.
- E** pluralística.

**Questão 42**

A abordagem conceitual policêntrica de políticas públicas

- A** deriva da tradição histórica intervencionista do Estado brasileiro desde a época da República Velha.
- B** reconhece a superioridade objetiva do Estado em relação a temas normativos e burocráticos.
- C** considera as redes de políticas públicas como parte dos protagonistas na formulação de políticas públicas.
- D** destaca que toda política pública necessariamente emana de um ator estatal.
- E** ressalta a superioridade hierárquica do Estado para identificar e corrigir falhas de mercado existentes.

**Questão 43**

O processo de definição da agenda de políticas públicas envolve tanto atores visíveis quanto atores relativamente ocultos. Assinale a opção que apresenta atores relativamente ocultos que participam desse processo.

- A** principais partidos políticos
- B** burocratas de carreira
- C** personalidades influentes da mídia
- D** parlamentares proeminentes
- E** ministros de Estado

**Questão 44**

A nodalidade, enquanto instrumento utilizado no processo de formulação de políticas públicas, está relacionada

- A** à execução de ações em áreas como saúde e educação.
- B** a instâncias de regulação e comitês consultivos de viés normativo.
- C** ao acesso a informações governamentais relevantes.
- D** à arrecadação e transferência de recursos financeiros.
- E** a estruturas organizacionais e burocráticas.

**Questão 45**

No ciclo das políticas públicas, o momento de execução da política pública, quando os planos estabelecidos se concretizam, corresponde à fase denominada

- A** avaliação.
- B** formação da agenda.
- C** implementação.
- D** tomada de decisão.
- E** formulação.

**Questão 46**

Os indicadores que medem o desempenho das atividades vinculadas à execução ou à forma como o trabalho é realizado para produzir os bens e serviços são indicadores de

- A** processo.
- B** resultado final.
- C** resultado parcial.
- D** insumo.
- E** produto.

**Questão 47**

No contexto das políticas públicas, a avaliação formativa é utilizada principalmente para

- A** subsidiar a tomada de decisão quanto à adoção ou à expansão de políticas públicas.
- B** apoiar a implementação ou o aperfeiçoamento de políticas públicas.
- C** analisar a teoria do programa, considerando-se sua consistência e lógica interna.
- D** avaliar de que forma a liderança e a estratégia influenciam os resultados das políticas públicas.
- E** comparar diferentes políticas públicas para identificar aquelas cujo retorno justifique sua execução.

**Questão 48**

Observa-se a aplicação da função distributiva do Estado quando, por exemplo,

- A** o Estado transfere recursos oriundos da tributação dos indivíduos de renda mais alta para o financiamento de programas sociais de moradias populares.
- B** o Estado, diante de uma crise que interrompe abruptamente a renda de trabalhadores informais e autônomos, institui um benefício temporário de transferência direta de renda.
- C** o Estado, na situação em que a economia opera acima do seu potencial e surgem pressões inflacionárias, age em sentido contracionista, limitando o crescimento real do gasto público por meio de regras fiscais institucionalizadas.
- D** o Estado atende a reclamações sobre a falta de iluminação pública em determinada região, fornecendo o serviço.
- E** o Estado, depois de acionado, fornece medicamento para o tratamento de doença grave de paciente cadastrado no SUS.

**Questão 49**

No desempenho de suas funções, o setor público tem como principal fonte de receita a arrecadação tributária. A curva de Laffer expressa a relação entre a alíquota tributária e a receita arrecadada pelo governo. Considerando-se essa relação e tendo em vista os conceitos de progressividade, regressividade e neutralidade, é correto afirmar que, a partir de determinado ponto,

- Ⓐ o aumento da alíquota reduz a despesa pública relativa, porque a arrecadação será superior à despesa pública.
- Ⓑ a diminuição da alíquota aumenta a arrecadação, porque produz evasão e(ou) desestímulos às atividades formais.
- Ⓒ o aumento da alíquota aumenta a arrecadação, porque produz estímulos às atividades formais.
- Ⓓ o aumento da alíquota aumenta a despesa pública, porque produz estímulos ao aumento do gasto público.
- Ⓔ o aumento da alíquota reduz a arrecadação, porque produz evasão e(ou) desestímulos às atividades formais.

**Questão 50**

Pelo conceito da equidade na tributação, cada contribuinte deve contribuir com uma parcela justa para cobrir os custos do setor público. Nesse contexto, o princípio da capacidade de pagamento

- Ⓐ preconiza que o sistema tributário não provoque uma distorção da alocação de recursos, sob pena de prejudicar a eficiência do sistema.
- Ⓑ estabelece que o ônus tributário deve ser tal que se garanta a equidade, considerada a capacidade econômica do contribuinte.
- Ⓒ está relacionado com a facilidade de operacionalização da cobrança de tributo.
- Ⓓ estabelece que cada indivíduo deveria contribuir com uma quantia proporcional aos benefícios gerados pelo consumo do bem público.
- Ⓔ é associado ao financiamento de serviços públicos de acordo com a quantidade exata de serviços consumidos pelo cidadão.

**Questão 51**

Assinale a opção correta acerca das transferências voluntárias.

- Ⓐ O ente transferidor deve possuir dotação orçamentária própria para a realização do repasse.
- Ⓑ O beneficiário deve demonstrar que aplica os percentuais máximos de recursos exigidos pela Constituição Federal de 1988 nas áreas da saúde e da educação.
- Ⓒ Os recursos recebidos por transferência voluntária podem ser utilizados para objetivos e finalidades diversos dos pactuados, desde que haja aprovação do Poder Legislativo do ente beneficiário.
- Ⓓ A transferência deve respeitar as vedações e limitações previstas na Constituição Federal de 1988, exceto aquelas relacionadas à realização de operações de crédito entre entes federativos.
- Ⓔ O ente beneficiário deve comprovar que está inadimplente em relação aos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente que realizará a transferência, bem como demonstrar que prestou contas adequadamente de eventuais recursos anteriormente recebidos.

**Questão 52**

Ao final de cada bimestre, caso se constate que a arrecadação das receitas poderá ser insuficiente para o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal previstas no anexo de metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão adotar medidas de ajuste fiscal. A adoção dessas providências deve ocorrer

- Ⓐ imediatamente após a verificação da insuficiência de receitas.
- Ⓑ ao final do exercício financeiro em que constatada a insuficiência de receitas.
- Ⓒ conforme conveniência e oportunidade da administração pública.
- Ⓓ até trinta dias após a verificação da insuficiência de receitas.
- Ⓔ até sessenta dias após a verificação da insuficiência de receitas.

**Questão 53**

Em 2026, aconteceram os seguintes eventos em determinado estado da Federação:

- I contratação de empréstimo junto a banco de desenvolvimento regional, para fins de investimentos em infraestrutura pública, com prazo de pagamento em dez anos;
- II assinatura de contrato de garantia em favor de uma empresa estatal de saneamento, para assegurar o pagamento de um financiamento contratado junto a uma instituição financeira internacional;
- III reconhecimento formal de uma dívida referente a despesas realizadas em exercícios anteriores que não haviam sido registradas contabilmente.

Nessa situação hipotética, houve operação de crédito

- Ⓐ apenas no evento I.
- Ⓑ apenas no evento II.
- Ⓒ apenas nos eventos I e III.
- Ⓓ apenas nos eventos II e III.
- Ⓔ em todos os eventos enumerados.

**Questão 54**

Suponha que determinado município tenha estimado sua receita corrente líquida em R\$ 106.000.000. Nesse caso, o limite de despesa de pessoal do Poder Executivo municipal será, em R\$, de

- Ⓐ 63.600.000.
- Ⓑ 34.344.000.
- Ⓒ 31.164.000.
- Ⓓ 3.816.000.
- Ⓔ 3.180.000.

**Questão 55**

Um ente estadual, em processo de elaboração da LOA para 2027, analisou o seguinte histórico de projeção de receita.

| exercício | valor (em milhões de R\$) |
|-----------|---------------------------|
| 2024      | 8.000                     |
| 2025      | 8.230                     |
| 2026      | 9.000                     |

Para a elaboração da proposta orçamentária de 2027, o Poder Executivo estadual estimou uma arrecadação de R\$ 9.880 milhões, considerando fatores como o crescimento econômico esperado, a inflação projetada, o aprimoramento da fiscalização tributária e outros elementos relevantes. Em atendimento às exigências legais, também projetou a arrecadação para os dois exercícios subsequentes: R\$ 10.000 milhões em 2028 e R\$ 10.200 milhões em 2029.

O Poder Executivo estadual encaminhou os estudos, as metodologias e as premissas de cálculo aos demais Poderes dez dias antes do prazo final para a apresentação das respectivas propostas orçamentárias.

Durante a tramitação da proposta, a assembleia legislativa decidiu elevar a previsão de arrecadação em R\$ 600 milhões, sem, contudo, apresentar estudos técnicos adicionais.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que, nesse processo hipotético,

- A** houve duas irregularidades: a reestimativa de receita pelo Poder Legislativo sem comprovação de erro ou omissão técnica e a projeção de receitas apenas para dois anos seguintes a 2027.
- B** houve somente uma irregularidade: a reestimativa de receita pelo Poder Legislativo sem comprovação de erro ou omissão técnica.
- C** houve duas irregularidades: a disponibilização intempestiva das estimativas de receita aos demais Poderes e a reestimativa de receita pelo Poder Legislativo sem comprovação de erro ou omissão técnica.
- D** não houve nenhuma irregularidade: o trâmite descrito está em conformidade com as normas e leis de finanças públicas.
- E** houve somente uma irregularidade: a disponibilização intempestiva das estimativas de receita aos demais Poderes.

**Questão 56**

Caso um auditor do órgão de controle externo tome por base, em suas avaliações, o relatório elaborado por um auditor da controladoria geral do município,

- A** o auditor interno deve assinar o relatório de auditoria juntamente com o auditor do órgão de controle externo.
- B** o auditor externo deve obter evidência da competência e independência do auditor interno, bem como da qualidade do trabalho realizado.
- C** o auditor externo deve presumir a competência do auditor interno para a realização de um trabalho de qualidade.
- D** o órgão de controle externo não será responsável pelas conclusões de seu auditor, uma vez que foram baseadas no trabalho da auditoria interna.
- E** o órgão de controle interno deverá ser consultado e assumir a responsabilidade pelas conclusões do auditor externo.

**Questão 57**

Na fase de execução de uma auditoria governamental cujo objetivo seja avaliar as demonstrações contábeis da dívida pública, cabe ao auditor verificar se as informações ou as condições reais do objeto auditado estão de acordo com

- A** as normas que regulam o sistema financeiro.
- B** o ambiente de controle.
- C** o plano anual de auditoria interna.
- D** os critérios aplicáveis.
- E** o código de ética dos auditores.

**Questão 58**

A auditoria financeira regulada pela norma ISSAI 200 visa, por meio da coleta de evidências, fornecer aos usuários uma asseguuração

- A** incondicional, sob a forma de gráfico de demonstrações contábeis.
- B** absoluta, em ofício assinado por, pelo menos, dois auditores.
- C** limitada, demonstrada em planilha detalhada.
- D** razoável, na forma de uma opinião e(ou) relatório de auditoria.
- E** exata, mediante parecer técnico justificado.

**Questão 59**

Na auditoria financeira, o conceito de materialidade deve ser aplicado

- A** apenas em termos descritivos em todos os trabalhos.
- B** apenas em termos qualitativos em todos os trabalhos.
- C** em termos quantitativos e, quando pertinente, em termos qualitativos.
- D** apenas em termos quantitativos em todos os trabalhos.
- E** em termos qualitativos e, quando pertinente, em termos quantitativos.

**Questão 60**

Assinale a opção correta em relação ao método de amostragem utilizado na auditoria de conformidade no setor público.

- A** Independentemente do método de amostragem utilizado, o auditor deve registrar que suas conclusões se aplicam a todo o universo da auditoria.
- B** Em se tratando de amostragem não probabilística, o auditor deve registrar o grau de incerteza embutido na generalização das conclusões.
- C** Em amostragem estatística, deve-se registrar no relatório o grau de incerteza embutido na generalização das conclusões.
- D** Na amostragem probabilística, não há grau de incerteza a ser registrado.
- E** Na amostragem estatística, o auditor deve registrar que as conclusões se limitam à amostra analisada.

**Questão 61**

De acordo com as normas de auditoria do TCU, no contexto de uma auditoria financeira do ativo imobilizado, os papéis de trabalho

- A** registram minuciosamente as verificações realizadas na folha de pagamento.
- B** complementam o relatório de auditoria, fornecendo informações sobre todas as áreas do órgão auditado.
- C** viabilizam a execução diária dos processos de trabalho a cargo dos gestores públicos.
- D** fornecem às partes interessadas uma descrição resumida da opinião do auditor.
- E** evidenciam o trabalho desenvolvido pelo auditor, suas verificações e conclusões.

**Questão 62**

Se, no processo de auditoria financeira do ativo imobilizado, forem identificados elevados riscos de distorções relevantes, o auditor, de acordo com a ISSAI 200, deve

- Ⓐ obter evidência de auditoria limitada ao essencial.
- Ⓑ aplicar procedimentos de auditoria resumidos e contundentes.
- Ⓒ desconsiderar o risco de controle.
- Ⓓ reavaliar o risco de distorções relevantes e aplicar procedimentos de auditoria sucintos e objetivos.
- Ⓔ obter evidência de auditoria mais persuasiva.

**Questão 63**

Assinale a opção que indica o conceito a ser observado pelo auditor no exame dos documentos originais para determinar se a transação realizada é adequada em função da atividade da organização.

- Ⓐ apropriação
- Ⓑ autenticidade
- Ⓒ aprovação
- Ⓓ registro
- Ⓔ normalidade

**Questão 64**

Caso não consiga obter evidência adequada e suficiente para caracterizar um achado, o auditor, ao elaborar o relatório de uma auditoria operacional, deve

- Ⓐ relatar o achado, registrando qualquer evidência que conseguiu obter.
- Ⓑ relatar o achado e abster-se de formular recomendações.
- Ⓒ abster-se de relatar o achado.
- Ⓓ registrar o achado no campo referente a limitações ao trabalho executado.
- Ⓔ deixar claro para os destinatários que o achado tem eficácia limitada.

**Questão 65**

A respeito do planejamento governamental no contexto da administração pública brasileira, julgue os seguintes itens.

- I O planejamento governamental constitui função permanente do governo e, após a aprovação dos planos, estes podem adquirir natureza jurídica capaz de instituir direitos e obrigações e autorizar a realização de despesas.
- II Na administração pública, o planejamento caracteriza-se como atividade desenvolvida exclusivamente no nível estratégico da organização, cabendo aos níveis tático e operacional a execução das ações previamente definidas.
- III O planejamento apresenta-se como processo contínuo que fundamenta, antecede e acompanha a elaboração orçamentária.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 66**

Julgue os itens a seguir, relativos ao plano plurianual (PPA), à lei orçamentária anual (LOA) e à lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

- I A LOA compreende exclusivamente o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social.
- II O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada.
- III A LDO orienta a elaboração da LOA e dispõe sobre alterações na legislação tributária.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 67**

Considerando as disposições constitucionais relacionadas ao planejamento e ao orçamento públicos, julgue os itens que se seguem.

- I Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem lei que autorize sua inclusão.
- II A LOA pode conter autorização para contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- III A LOA poderá conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa quando destinados à criação de programas governamentais permanentes.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 68**

Assinale a opção correta acerca dos mecanismos de retificação do orçamento.

- Ⓐ As alterações de fonte de recursos e de modalidade de aplicação dependem necessariamente da abertura de créditos adicionais.
- Ⓑ A descentralização de créditos orçamentários elimina a necessidade de transferência dos recursos financeiros correspondentes entre as unidades envolvidas.
- Ⓒ A abertura de créditos suplementares exige autorização legislativa específica para cada alteração realizada durante a execução orçamentária.
- Ⓓ A LOA pode conter autorização para abertura de créditos suplementares, permitindo determinadas retificações orçamentárias durante a execução do orçamento.
- Ⓔ Os créditos extraordinários destinam-se às hipóteses de guerra, comoção interna ou calamidade pública, sendo vedada sua abertura por outra situação de urgência.

**Questão 69**

Acerca da classificação funcional da despesa orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- I A classificação funcional busca evidenciar os montantes de recursos aplicados em áreas governamentais como educação, saúde e transportes.
- II As subfunções podem ser combinadas a funções diferentes daquelas às quais estejam originalmente vinculadas.
- III A classificação por categorias econômicas tem como finalidade principal demonstrar os objetivos governamentais a serem alcançados pelos programas orçamentários.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 70**

Em relação ao processo orçamentário, julgue os próximos itens.

- I A iniciativa para apresentação do projeto de LOA é privativa do chefe do Poder Executivo.
- II O chefe do Poder Executivo pode encaminhar mensagem retificativa ao projeto de lei orçamentária, desde que ainda não tenha sido iniciada a votação da parte objeto da alteração na comissão competente.
- III Na apreciação das matérias orçamentárias, os parlamentares realizam estudos, discussões, consultas, solicitações de informações e participação em audiências públicas, sendo as emendas uma das principais formas de manifestação desse trabalho legislativo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 71**

Durante auditoria em um contrato administrativo, a própria administração pública anulou ato ilegal praticado por um de seus órgãos. Posteriormente, o Congresso Nacional, com auxílio do TCU, realizou fiscalização sobre a aplicação dos recursos públicos. Paralelamente, a empresa contratada no âmbito daquele contrato administrativo ingressou com ação judicial, questionando a legalidade da decisão administrativa.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- I A anulação do ato pela administração pública caracteriza exercício do controle interno, decorrente da fiscalização que a administração pública exerce sobre os próprios atos.
- II A fiscalização realizada pelo Congresso Nacional com auxílio do TCU caracteriza o controle externo exercido pelo Poder Legislativo.
- III No julgamento da ação judicial, a decisão do Poder Judiciário poderá substituir a da administração pública na análise da conveniência e da oportunidade do ato administrativo.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens I e III estão certos.

**Questão 72**

Considerando os tipos de auditoria aplicáveis ao setor público, seus conceitos e objetivos, assinale a opção correta.

- A** As auditorias financeiras podem ser realizadas como trabalhos de certificação ou de relatório direto, conforme o objeto auditado e o nível de asseguuração pretendido.
- B** As auditorias operacionais e de conformidade têm formato padronizado de opinião, semelhante ao utilizado nas auditorias financeiras.
- C** A auditoria operacional visa verificar se intervenções, programas ou instituições atuam em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, bem como identificar oportunidades de aperfeiçoamento da gestão.
- D** A auditoria operacional é sempre um trabalho de certificação, cujo objetivo principal é a emissão de opinião padronizada acerca da conformidade das demonstrações financeiras.
- E** A auditoria de conformidade tem por objetivo avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de programas governamentais, sendo necessariamente um trabalho de relatório direto.

**Questão 73**

No que diz respeito às finalidades e características do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e do relatório de gestão fiscal (RGF), assinale a opção correta.

- A** O demonstrativo simplificado do RREO exclui as receitas e despesas intraorçamentárias para evitar duplicidade na consolidação das contas públicas.
- B** O demonstrativo simplificado do RREO evidencia, em um único instrumento, informações como resultado primário e nominal, receita corrente líquida, restos a pagar e aplicação mínima em saúde e educação.
- C** O RGF deve ser elaborado bimestralmente e apresentar informações extraídas do balanço orçamentário para demonstrar a execução da receita e da despesa acumuladas até o bimestre de referência.
- D** O demonstrativo simplificado do RREO, emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos, deve conter os limites de despesa com pessoal.
- E** O RGF tem como principal objetivo demonstrar as previsões inicial e atualizada da receita e da despesa constantes na LOA.

**Questão 74**

A Controladoria-Geral do Município de Porto Velho (CGM) instaurou processo administrativo de responsabilização contra três empresas — Alpha, Beta e Gama — integrantes do mesmo grupo econômico, pela suposta prática de atos lesivos à administração pública municipal consistentes em fraude ao caráter competitivo de licitação e pagamento de vantagem indevida a agentes públicos. No curso das investigações, a empresa Alpha, a primeira a manifestar interesse em colaborar, cessou imediatamente seu envolvimento nas infrações e admitiu sua participação nos ilícitos, tendo cooperado plena e permanentemente. As empresas Beta e Gama, embora integrem o mesmo grupo econômico, não aderiram ao acordo de leniência conjuntamente com Alpha. Dois anos após a assinatura do acordo de leniência, Alpha descumpriu parcialmente suas obrigações.

Com base na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), assinale a opção correta em relação à situação hipotética apresentada.

- ☐ A Em razão do descumprimento parcial do acordo, Alpha ficará impedida de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 3 anos contados do conhecimento, pela administração pública, do descumprimento, sem prejuízo do efeito interruptivo da prescrição dos atos ilícitos investigados já produzido no momento da celebração do acordo.
- ☐ B A CGM não detém competência para celebrar acordo de leniência de forma isolada, sendo obrigatória a participação do Ministério Público.
- ☐ C A proposta de acordo de leniência formulada por Alpha, ainda que rejeitada pela CGM, importaria o reconhecimento tácito da prática dos atos ilícitos investigados, podendo ser utilizada como elemento de prova em processo administrativo de responsabilização subsequente.
- ☐ D O acordo de leniência celebrado com a empresa Alpha a isenta da multa e da obrigação de reparar integralmente o dano causado, uma vez que a colaboração efetiva com as investigações substitui, para todos os fins, a reparação civil.
- ☐ E Os efeitos do acordo de leniência celebrado por Alpha se estendem automaticamente às empresas Beta e Gama, independentemente de adesão conjunta, em razão da solidariedade entre sociedades do mesmo grupo econômico.

**Questão 75**

A empresa Beta Engenharia Ltda., com sede no Brasil e filial em operação no Peru, foi contratada por um consórcio público binacional para execução de obras de infraestrutura. No curso do contrato, apurou-se que Beta: (i) se utilizara de uma pessoa jurídica interposta para ocultar a identidade dos reais beneficiários dos pagamentos realizados a agentes públicos peruanos vinculados ao consórcio; (ii) manipulara o equilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio de aditivos fraudulentos sem amparo legal; e (iii) dificultara a atuação fiscalizatória de agentes de uma agência reguladora brasileira competente para supervisionar o contrato. Em sua defesa, Beta alegou que os atos praticados no Peru não se sujeitariam à Lei Anticorrupção, por terem sido praticados em território estrangeiro, e que o fato de sua filial peruana ter personalidade jurídica própria no ordenamento local afastaria a responsabilização da matriz no Brasil.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com a Lei Anticorrupção.

- ☐ A As três condutas de Beta enumeradas configuram atos lesivos à administração pública, sendo improcedente a alegação defensiva da empresa tanto em relação à aplicação territorial da Lei Anticorrupção quanto no que diz respeito à responsabilização pela atuação da filial com sede no exterior.
- ☐ B A alegação defensiva de Beta é parcialmente procedente: os atos praticados no Peru ficam imunes à legislação brasileira, mas a manipulação do equilíbrio econômico-financeiro e a dificuldade à fiscalização, por terem produzido efeitos no território brasileiro, sujeitam-se normalmente à responsabilização administrativa nos termos do ordenamento pátrio.
- ☐ C A dificuldade imposta à atuação fiscalizatória dos agentes da agência reguladora brasileira não configura ato lesivo de responsabilização administrativa, pois consiste em conduta que afeta órgão técnico-regulatório desprovido de poder sancionatório direto sobre contratos administrativos binacionais.
- ☐ D A manipulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio de aditivos fraudulentos não configura ato lesivo passível de responsabilização administrativa da pessoa jurídica, visto que a apuração da conduta é reservada exclusivamente ao processo licitatório e às instâncias de controle externo.
- ☐ E A utilização de pessoa jurídica interposta para ocultar a identidade dos reais beneficiários dos pagamentos somente configura ato lesivo se houver comprovação de dolo específico dos dirigentes de Beta, dado que a caracterização da utilização de interposta pessoa exige elemento subjetivo.

**Questão 76**

A CGM de Porto Velho concluiu processo administrativo de responsabilização contra a empresa Alfa Construções Ltda. pela prática continuada de atos lesivos entre 2018 e 2023. Constatou-se que os sócios administradores utilizaram a personalidade jurídica da empresa para encobrir os ilícitos e provocar confusão patrimonial, dificultando a reparação do dano ao erário municipal. Após a condenação, as sanções foram registradas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e comunicadas para atualização do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Lei Anticorrupção, assinale a opção correta.

- Ⓐ A comunicação ao órgão responsável pela atualização do CEIS é dispensável no caso, pois o CEIS e o CNEP têm o mesmo objeto e a mesma base legal, sendo redundante a manutenção de dois cadastros distintos para publicidade das sanções aplicadas com fundamento na Lei Anticorrupção.
- Ⓑ Os valores arrecadados em razão de multas aplicadas à referida empresa devem ser destinados preferencialmente ao município de Porto Velho, na condição de ente lesado, e os registros das sanções no CNEP serão excluídos depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador e da reparação do dano causado, mediante solicitação da CGM de Porto Velho.
- Ⓒ Informações sobre eventual acordo de leniência proposto pela empresa devem ser inseridas no CNEP imediatamente após a propositura do acordo, independentemente de sua efetivação, para assegurar a publicidade e o controle social sobre as negociações em curso com a administração pública.
- Ⓓ O marco inicial do prazo prescricional de cinco anos para a apuração da infração continuada praticada pela empresa é a data da prática do primeiro ato lesivo, em 2018, pois a partir desse momento a administração pública poderia ter tomado ciência da irregularidade.
- Ⓔ Eventual desconsideração da personalidade jurídica da mencionada empresa somente seria cabível na esfera judicial, mediante ação ajuizada pelo Ministério Público ou pela advocacia pública, sendo vedada sua decretação no âmbito do processo administrativo de responsabilização.

**Questão 77**

O Ministério Público de determinado estado ajuizou ação judicial contra uma empresa do setor de construção, com base na Lei Anticorrupção, em razão da prática reiterada de atos lesivos à administração pública de certo município daquele estado. Verificou-se que a empresa fora originalmente constituída com o propósito de ocultar os reais beneficiários dos pagamentos realizados a agentes públicos. Paralelamente, a autoridade administrativa competente permaneceu inerte, sem instaurar o processo administrativo de responsabilização.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta acerca da responsabilização judicial disciplinada pela Lei Anticorrupção.

- Ⓐ Eventual requerimento de indisponibilidade de bens, direitos ou valores formulado pelo Ministério Público com fundamento na mencionada lei submete-se ao regime geral das tutelas de urgência, sendo necessária a demonstração de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, visto que se trata de medida cautelar de natureza excepcional.
- Ⓑ O Ministério Público tem legitimidade para postular, pela via judicial, todas as sanções previstas na Lei Anticorrupção, inclusive as de natureza administrativa, independentemente de qualquer manifestação ou omissão prévia da autoridade administrativa competente para instaurar o processo de responsabilização.
- Ⓒ As ações de responsabilização judicial ajuizadas com fundamento na Lei Anticorrupção devem observar o rito ordinário previsto no Código de Processo Civil, por terem natureza de ação civil de reparação de danos ao erário.
- Ⓓ A dissolução compulsória da referida empresa somente seria cabível se constatado que sua personalidade jurídica foi utilizada de forma habitual para a prática dos atos ilícitos, sendo insuficiente, para tanto, a mera comprovação de que a empresa foi constituída com o propósito de ocultar os beneficiários dos pagamentos ilícitos.
- Ⓔ O perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração pode ser requerido pelo Ministério Público ou pela advocacia pública para a garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé; e, diante da omissão da autoridade administrativa, o Ministério Público pode postular em juízo a aplicação das sanções administrativas previstas na lei.

**Questão 78**

A CGM de Porto Velho concluiu processo administrativo de responsabilização contra determinada empresa de engenharia e a condenou por atos lesivos ao erário municipal. Apurou-se que a empresa não possuía faturamento bruto passível de aferição no exercício anterior à instauração do processo e que mantinha programa de integridade formalmente instituído, embora sua aplicação prática fosse deficiente. A autoridade deliberou pela aplicação cumulativa das duas sanções previstas na esfera administrativa.

A respeito da responsabilização administrativa aplicável a esse caso hipotético, assinale a opção correta à luz da Lei Anticorrupção.

- Ⓐ A reparação integral do dano causado somente é exigível após a conclusão de processo administrativo específico de reparação, instaurado em separado, e desde que as sanções já aplicadas se mostrem insuficientes para cobrir o prejuízo apurado.
- Ⓑ A existência de mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, quando efetivamente aplicados, constitui causa excludente da responsabilização administrativa, afastando a aplicação das sanções previstas na esfera administrativa.
- Ⓒ Na impossibilidade de apuração do faturamento bruto, a multa será fixada entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões; as sanções podem ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, de forma fundamentada; e o programa de integridade, ainda que de aplicação deficiente, é fator a ser ponderado na dosimetria.
- Ⓓ A base de cálculo da multa administrativa deve tomar por referência o faturamento bruto do último exercício anterior à prática do ato lesivo, excluídos os tributos, nunca podendo ser inferior à vantagem auferida quando possível sua estimação.
- Ⓔ A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorre na forma de extrato de sentença, custeada pelo erário, em meios de comunicação de grande circulação.

**Espaço livre**

**Questão 79**

Uma empresa foi responsabilizada em processo administrativo pelo pagamento de vantagem indevida a agente público. Durante o processo, a empresa, que mantinha contratos de elevado valor com o ente lesado, colaborou parcialmente com as investigações e apresentou programa de integridade robusto. A autoridade julgadora, ao dosar as sanções, desconsiderou o programa de integridade, por entender que ele não afastaria a responsabilidade objetiva da empresa.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito dos fatores de dosimetria aplicáveis ao caso, conforme a Lei Anticorrupção.

- Ⓐ O valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão lesado não integra o rol de fatores de dosimetria previstos na Lei Anticorrupção, por constituir elemento econômico alheio à conduta ilícita praticada e à sua gravidade intrínseca.
- Ⓑ A autoridade julgadora incorreu em erro ao desconsiderar o programa de integridade, pois sua existência é fator de dosimetria expressamente previsto na Lei Anticorrupção, independentemente do afastamento ou não da responsabilização objetiva da pessoa jurídica.
- Ⓒ A situação econômica da empresa infratora somente seria considerada como fator de dosimetria se a pessoa jurídica demonstrasse incapacidade financeira de arcar com a multa calculada sobre o faturamento bruto, hipótese em que a autoridade deveria aplicar o piso da faixa substitutiva.
- Ⓓ A consumação ou não da infração é fator a ser considerado na dosimetria somente quando o ato lesivo tiver sido praticado em caráter tentado, sendo irrelevante ao se tratar de infrações que já produziram resultado danoso efetivo ao erário, como no caso em apreço.
- Ⓔ A cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações opera automaticamente como causa de redução obrigatória da multa, independentemente dos demais fatores de dosimetria, sendo vedado à autoridade manter a sanção em seu patamar máximo quando houver colaboração comprovada.

**Espaço livre**

**Questão 80**

Ao final de processo administrativo de responsabilização contra uma empresa, foram aplicadas as sanções previstas na esfera administrativa e instaurado processo específico de reparação integral do dano. Concluído o processo de reparação, a empresa não efetuou o pagamento do crédito apurado.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a Lei Anticorrupção.

- Ⓐ A publicação extraordinária da decisão condenatória deve ser veiculada em meios de comunicação de grande circulação nacional, independentemente do local onde a infração tenha sido praticada ou onde a pessoa jurídica atua, dado o caráter exemplar da sanção.
- Ⓑ O edital de publicação extraordinária da decisão condenatória deve ser afixado no estabelecimento da pessoa jurídica de modo visível ao público, no prazo mínimo de 30 dias, dispensando-se a publicação em sítio eletrônico quando regularmente efetivada a afixação física do edital no estabelecimento.
- Ⓒ Como não houve pagamento após a conclusão do processo de reparação, o crédito apurado será inscrito em dívida ativa da fazenda pública, sendo admitida a publicação extraordinária da decisão condenatória na forma de extrato de sentença em publicação de circulação nacional apenas se inexistirem meios de grande circulação tanto na área da prática da infração quanto na área de atuação da pessoa jurídica.
- Ⓓ A instauração do processo específico de reparação integral do dano impede a aplicação imediata das sanções previstas na esfera administrativa, visto que o *quantum debeatur* deve ser previamente liquidado para que as penalidades sejam fixadas com precisão.
- Ⓔ A publicação extraordinária da decisão condenatória e a multa são sanções inacumuláveis na esfera administrativa, cabendo à autoridade julgadora optar por aquela que melhor atenda aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade no caso em apreço.

**Espaço livre**